

MEIO FÍSICO E SOCIAL EM JARDINS DE INFÂNCIA EM ANGOLA

UMA ANÁLISE SOBRE A AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Maria José Teixeira

(Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe)

Anildo Jorge Tóto

(Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Maria José Teixeira é Licenciada em Pedagogia, formada pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela (ISCED-Benguela), mestre em Pedagogia do Ensino Superior pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED-Luanda), doutoranda em Ciências da Educação, na especialidade de metodologia de Ciências Integradas do Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe (ISCED-Sumbe). E-mail: teixeiramarajose9@gmail.com

Anildo Jorge Tóto é Licenciado em Ciências da Educação no curso de Ensino de Biologia pelo Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge (ISCED-Uíge), mestre em Ciências da Educação no curso de Educação Pré-escolar pelo Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe (ISCED-Sumbe), doutorando em Ciências da Educação em Metodologia da Educação Pré-escolar pelo Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe (ISCED-Sumbe). Email: anildototo@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objectivo analisar o contexto da avaliação das aprendizagens da Área Curricular Meio Físico e Social na Educação Pré-Escolar em Jardins de Infância da Centralidade do Kilamba, Província de Luanda, Angola. Trata-se de uma pesquisa qualitativa versada no estudo de caso. A metodologia usada para a recolha de dados compreende a entrevista que foi aplicada a duas educadoras de Infância e a análise documental que serviu de suporte teórico. Os resultados da pesquisa revelam que as educadoras utilizam vários modelos de avaliação das aprendizagens nessa área curricular, como a diagnóstica, a formativa e a sumativa, bem como a observação de mudanças na conduta da criança face aos conteúdos trabalhados, são também utilizados instrumentos como as fichas de avaliação individuais. Porém, existe entre as educadoras, a ideia de que a avaliação sumativa classifica apenas, o que a incompatibiliza com a Educação Pré-Escolar. Espera-se que este artigo contribua para que se difunda a função de hierarquização da avaliação sumativa que possibilita que esta seja empregue em contexto Pré-Escolar.

ABSTRACT

This article analyzes the context of learning assessment in the Physical and Social Environment Curricular Area in Preschool Education in Kindergartens in the Kilamba Centrality, Luanda Province, Angola. This is qualitative research based on a case study. The methodology used for data collection includes an interview with two kindergarten teachers and a documentary analysis that served as theoretical support. The reevaluation system; Evaluation models; Early childhood educators. arch results reveal that the teachers use several models of learning assessment in this curricular area, such as diagnostic, formative, and summative, as well as observing changes in the child's behavior concerning the content worked on. Instruments such as individual assessment forms are also used. However, there is an idea among the teachers that the summative assessment only classifies, which makes it incompatible with Preschool Education. This article will likely contribute to the dissemination of the hierarchical function of summative assessment, which allows it to be used in a preschool context.

PALAVRAS-CHAVE

Sistema de avaliação; Modelos de avaliação; Educadoras de infância.

KEY-WORDS

Evaluation System; Evaluation Models; Early Childhood Educators.

INTRODUÇÃO

Falar da avaliação na educação pré-escolar, em qualquer parte do mundo, representa uma importante discussão voltada para a melhoria da qualidade da educação das crianças, pois, sendo elas o futuro do amanhã, a continuidade e o progresso de qualquer nação, deve-se pensar na educação a que elas são submetidas. É a partir dos primeiros estágios de desenvolvimento que a criança adquire conhecimentos através da interação, inicialmente com seus familiares e, posteriormente, com o meio e seus pares. Ela aprende enquanto brinca, descobre factos e conhece-se.

Segundo Isabel, Santos e Ferenc (2015), em Angola, a avaliação da aprendizagem é orientada com base em decisões normativas e diretrizes governamentais. As políticas, os actos normativos e outras legislações ligadas ao ensino teriam maiores possibilidades de serem aplicadas com sucesso se adequadas à realidade institucional, lugar para o qual foram elaboradas. Com isso, avaliar a área curricular do Meio Físico e Social é de suma importância por ser a área de conhecimento em que a criança desenvolve novas habilidades que a potencializam para o conhecimento da natureza, fazendo de si mesma construtora do seu próprio saber. Contudo, dado o contexto das transformações que observamos nos últimos tempos na legislação educativa angolana, como a alteração da lei nº. 17/16 para a lei 32/20, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, bem como a substituição do antigo estatuto do subsistema da educação pré-escolar pelo decreto presidencial nº. 195/23, é necessário garantir que as aprendizagens sejam avaliadas desde cedo obedecendo aos normativos orientadores da educação pré-escolar.

Relativamente à educação pré-escolar, podemos perceber que a avaliação das aprendizagens, quando realizada com pleno conhecimento de sua finalidade, enriquece o currículo, melhora os métodos e a qualidade da educação. Embora seja um processo complexo, a avaliação das aprendizagens na educação pré-escolar e especificamente na Área Curricular Meio Físico e Social ajuda no desenvolvimento cognitivo da criança, promovendo a reflexão crítica e o descobrimento do meio que a rodeia.

Pelas razões supracitadas, pretendemos, com o presente trabalho, perceber de que forma os educadores da Centralidade do Kilamba realizam as avaliações dos conteúdos do Meio Físico e Social das crianças do Jardim de Infância e que instrumentos eles utilizam para a efectivação do sistema de avaliação, pois consideramos a avaliação um componente fundamental do processo educativo, pela qual se determina o nível de aprendizagem dos conteúdos das diferentes áreas curriculares. Por outro lado, um sistema de avaliação bem estruturado e corretamente aplicado permite, também, avaliar as competências do educador de infância.

As razões mencionadas no parágrafo anterior associadas ao facto de as avaliações

do Meio Físico e Social fornecerem informações sobre o processo de integração da criança no meio circundante, são a motivação para a realização desta pesquisa. Conhecer o papel que a avaliação desempenha e como ela está imbricada no processo educativo das crianças em idade pré-escolar é fundamental para o alcance dos objectivos da Lei de Bases do Sistema de Educação Angolano (Lei 32/20), a qual deve constituir a tarefa activa e permanente das instituições de educação pré-escolar e a busca por uma avaliação que reflecta o nível de desenvolvimento das diferentes facetas da personalidade da criança.

No caso específico da área curricular Meio Físico e Social, os resultados da avaliação das aprendizagens fornece informações sobre o processo de integração da criança na comunidade, por serem os conteúdos dessa área os responsáveis pela integração da criança no meio que a rodeia e, conseqüentemente, pela sua integração na sociedade. Assim, é fundamental que os instrumentos de avaliação dessa área permitam a identificação real dos níveis de desempenho da criança de modo que o educador potencialize os conhecimentos que possibilitem integrá-la, posteriormente, na escola onde o professor, possa dar continuidade com êxito ao processo de ensino e de aprendizagem. Por outro lado, os conhecimentos do Meio Físico e Social são as bases para a compreensão do conteúdo do estudo do meio no ensino primário.

Para respondermos satisfatoriamente ao problema levantado será necessário, em primeiro lugar, conhecer os fundamentos que sustentam a área curricular do Meio Físico e Social, bem como o conhecimento do contexto real do processo educativo dos jardins de infância onde ocorreu a pesquisa. Em Angola, muitos dos centros infantis possuem, ainda, educadores de infância com formação básica. Por esse e por outros motivos, propomo-nos analisar como são avaliadas as aprendizagens do Meio Físico e Social no Jardim de infância da Centralidade do Kilamba pelo facto de estes centros se encontrarem na capital do país em uma zona urbanizada onde a procura por esses serviços é grande.

A Centralidade do Kilamba, é uma cidade pertencente à Administração do Distrito Urbano do Kilamba, município de Belas, província de Luanda, Angola, foi inaugurada em 11 de julho de 2011. O projecto foi concebido para se desenvolver em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, em uma área de 54 quilômetros quadrados. Os prédios estão dispostos em quatro quarteirões, equipados com quatro jardins de infância cada, duas escolas primárias e uma secundária.

Os centros infantis da centralidade do Kilamba são infraestruturas adequadas para o exercício da educação pré-escolar, com salas espaçosas, com pátio para a realização de actividades ao ar livre. Os centros infantis desta pesquisa, embora não reúnam todas as condições didácticas para suprirem as necessidades da faixa etária pré-

escolar, possuem o suficiente para possibilitar a interação das crianças com o meio. Nesses centros, as actividades do jardim de infância (3-4 anos) são desenvolvidas nas salas, em mesinhas que comportam entre 4 a 6 crianças, ao passo que as crianças da iniciação (5-6 anos) sentam-se em carteiras individuais.

1 AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Na educação pré-escolar, a avaliação das aprendizagens constitui um indicador do desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas, de comunicação e de linguagem, bem como das demais áreas que compõem o currículo nesse subsistema de educação.

A problemática da avaliação das aprendizagens tem sido um assunto muito debatido no sector da educação, visto que muitos apresentam fundamentos ou entendimentos diferentes. Afonso (2011) afirma:

A avaliação das aprendizagens não deve e nem pode ser entendida como um simples acto de atribuição de notas para fins de seleccionar, classificar e certificar os alunos mas, sim, um processo fundamentado, sobretudo, nos objectivos programáticos, nas modalidades de avaliação, nos instrumentos de avaliação e nos meios e métodos de ensino utilizados, com finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem (Afonso, 2011, p. 5).

Assim, na educação pré-escolar, a avaliação deve ser um processo contínuo e presente em todas as actividades propostas à criança que acompanha o desenvolvimento de suas habilidades. A avaliação deve ser encarada como um factor de qualidade do que é transmitido e recebido, de quem educa e de quem aprende. Além disso, é pela avaliação que se pode aferir a concretização dos objectivos programados. Ainda nessa perspectiva, Siqueira et al. (2006, p. 6) afirma que “a avaliação como um comportamento que busca através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determina a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí então, orienta a tomada de decisões em relação às actividades seguintes”.

Dessa forma, a avaliação na educação pré-escolar passa a exigir do educador uma relação epistemológica com a criança, uma conexão entendida como reflexão aprofundada a respeito das formas como se dá a compreensão do educando sobre o objecto do conhecimento. Ainda assim, tratando-se da educação pré-escolar, a avaliação deve ser encarada como um processo retórico semelhante a uma moeda com duas faces distintas. Isso quer dizer que, quando se avaliam as aprendizagens de uma determinada área curricular, deve merecer uma reflexão para uma acção. Neste caso, se o resultado

for negativo o educador deve trabalhar mais para que a criança supere seus obstáculos, optando pela utilização de métodos que facilitem a criança aprender mais e melhor.

Na educação pré-escolar o conhecimento do Meio Físico e Social leva a criança a encarar o mundo em diferentes dimensões, porque a criança entra em contacto directo com o meio ambiente, por meio da interacção com o mesmo, ela aprende, descobre, conhece e reconhece os objectos que encontra na natureza. Carvalho e Freitas (2010) ressaltam:

Avaliação é a recolha e a organização sistemática de informação para permitir a formulação de juízos de valor que ajudem na tomada de decisões. Frisa-se a recolha e organização sistemática, pois, de modo geral, há vários momentos e instrumentos de avaliação (Carvalho e Freitas, 2010, p. 126).

Com base nisso, a avaliação das aprendizagens para o subsistema da educação pré-escolar pode ser definida como o processo de recolha de dados qualitativos pelo educador referentes à observação das crianças durante as actividades dirigidas, não dirigidas e as produções das mesmas que, ao serem interpretados, conduzem a formação de juízos de valor que vão ditar como orientar o processo de educação de forma exitosa.

As questões que se colocam são: será que essa actividade de reflexão tem sido feita pelos educadores? Se sim, que órgão a nível do Ministério da Educação controla a actividade pedagógica dos centros infantis? Sobre quem recai a responsabilidade de fiscalizar se os centros infantis realizam ou não a avaliação das crianças tal como os instrumentos legais orientam?

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM ANGOLA

Angola tornou-se independente a 11 de Novembro de 1975 e dois anos depois iniciou um processo de reforma do seu sistema educativo. Actualmente, o seu Sistema de Educação apoia-se na Lei de Base n.º 32/20 de 12 de Agosto que altera a Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino.

Porém, até chegarmos a este momento, várias foram as situações enfrentadas e, para que possamos ter uma ideia de onde partimos e onde estamos, passamos a descrição sucinta de alguns fatos que consideramos de destaque na abordagem da educação pré-escolar em Angola.

A inserção do subsistema pré-escolar no sistema de educação angolano só ocorreu quando “em 2001, a assembleia nacional aprovou a lei de bases do sistema de

educação (lei 13/01 de 31 de Dezembro)” (Carvalho, 2011, p. 7). Em que, no artigo 13º dessa lei, referente à Estrutura, se pode ler no ponto 1: A educação Pré-escolar estrutura-se em dois ciclos (Creche) e (Jardim infantil). O que não significa que todas as crianças da faixa etária pré-escolar tenham estado desamparadas ao longo destes anos. Algumas delas tiveram o direito à educação salvaguardado pelas creches e jardins escolares que se encontravam sob tutela do Ministério da Reinserção Social.

O dever fundamental dessas instituições é o de organizar o divertimento cultural e sadio das crianças, os jogos, e a vida colectiva, ajudar os pais trabalhadores, não só nos cuidados, mas também na educação dos seus filhos. Percebe-se aqui a concepção destas instituições como estruturas de assistência social e não de carácter educativo, demonstrando, assim, que as crianças nesse segmento não são contempladas no direito à educação à (Paxe, 2017, p. 79).

Coube ao Ministério da Reinserção Social um aturado trabalho visando modificar os serviços de atendimento à criança em idade pré-escolar com a abertura de centros de formação para educadores de infância nos quais, paulatinamente, as exigências de ingresso foram aumentando até se chegar a exigir o término de um curso médio para exercer a profissão de educador de infância e, desse modo, foi passando de uma visão mais voltada ao cuidado para uma visão de trabalho pedagógico.

Há a destacar que, apesar desse esforço, um aturado trabalho deve ser feito ainda com as famílias para que percebam a importância da educação pré-escolar e passem a exigir das instituições que prestam esses serviços uma avaliação por escrito dos seus filhos para que, dessa forma, possam participar de forma activa na melhoria dos serviços prestados às crianças da faixa etária pré-escolar.

Outro grande desafio se colocava ao governo angolano na época e este persiste, é a escassez de instituições para a educação pré-escolar face ao grande número de crianças em idade pré-escolar “a partir de 1992, a situação piora, estimando-se que o número de crianças em idade pré-escolar ultrapasse os dois milhões, mas somente 1% dessas crianças tem acesso ao ensino” (Carvalho, 2011, p. 7). Esse facto foi minimizado com a criação das centralidades em que foram construídos centros infantis de parceria público/privada, tendo sido a centralidade do Kilamba a primeira a receber os seus habitantes em 2012.

O pequeno aumento da rede pré-escolar, proporcionado pela construção de centros infantis nas centralidades, é contemplado com a abertura da primeira instituição pública pós-independência vocacionada à formação de educadores de infância a Faculdade de Serviço Social e, mais recentemente, com a exigência do Ministério de Ensino Superior de que todas as instituições que formam educadores ministram esse

curso.

Essas medidas foram seguidas da passagem da responsabilidade pelo controle das instituições de educação pré-escolar do actual Ministério da Acção Social e da promoção da mulher para o Ministério da Educação. Vale aqui recordar o descrito nas actas do I Congresso Internacional de Aprendizagens na Educação de Infância (2005, p. 5): “sem fundações resistentes, na ausência de investimentos adequados nas gerações mais novas, nenhuma reforma educativa prevalecerá”.

Foi nesse ambiente que se criou o primeiro estatuto do subsistema de educação pré-escolar, o decreto 129/17 que no capítulo II, artigo 14º (atribuições do jardim de infância) destaca na alínea b) promover condições para aprendizagem e desenvolvimento da língua portuguesa e da língua nacional materna ou local e línguas estrangeiras. Com a substituição deste pelo decreto 195/23 na redação da alínea b) sobre as (atribuições do jardim de infância, centro infantil ou centro de educação) se pode ler: Proporcionar actividades que visam o desenvolvimento da língua portuguesa, de línguas nacionais de origem africana e de línguas estrangeiras.

Como se percebe a questão das línguas nacionais é valorizada nos estatutos, mas, apesar disso e da maior abrangência concedida às línguas africanas pelo estatuto 195/23, a questão das línguas nacionais é pouco relevante nos jardins de infância das áreas urbanas onde a primazia é dada à língua inglesa depois do português e como componente das actividades extracurriculares.

Passamos agora a descrição do sistema de avaliação no âmbito do decreto 129/17. No capítulo V (sistema de avaliação) artigo 29º ponto 2 deste documento eram modalidades de avaliação designadamente: a) a avaliação diagnóstica, b) a avaliação formativa, c) a avaliação sumativa. Com a substituição deste decreto pelo decreto 195/23 passam a ser os seguintes tipos de avaliação: a) avaliação diagnóstica, b) avaliação contínua, c) avaliação parcial, d) avaliação final conforme o ponto 2 deste documento, V (sistema de Avaliação, Calendarização e Exclusividade).

No antigo decreto 129//17, no ponto 3, Técnicas de avaliação, constavam: a) observação, b) aplicação de prova c) autoavaliação. No documento vigente 195/23, esses instrumentos são suprimidos e no ponto 3 do capítulo V se lê: na idade pré-escolar as avaliações descritas nas a), b) e c) ... são realizadas com base nas conquistas do desenvolvimento reflectidos nas suas características e no perfil de saída das crianças, estabelecidas para cada faixa etária e que, através das mesmas, se constituem indicadores de avaliação de competências, que são registadas em fichas de avaliação e no RDEC - Relatório de Desenvolvimento da Criança para o caso das crianças da Classe Iniciação.

Com base no descrito para avaliar as crianças do Jardim de Infância que não

estejam na classe de iniciação (faixa etária 5 a 6 anos) o educador deverá proceder ao preenchimento de fichas de avaliação em que se enquadra a ficha de observação.

Dos estatutos são criados os currículos e no currículo de educação pré-escolar (Cláudio, 2011, p. 24) explica que neste subsistema, “a actividade educativa não tem por meta atribuir classificações, mas realizar uma série de objectivos que se traduzem em termos de mudanças de comportamento dos alunos.”

Assim, entendemos por sistema de avaliação das aprendizagens na educação pré-escolar o conjunto de procedimentos aplicado pelo educador de infância voltados à avaliação da criança como forma de se aferir o rendimento de suas aprendizagens num determinado ciclo formativo de forma qualitativa. Nessa perspectiva, Onde, Brás e Divovo (2021) afirmam que:

O processo educativo só tem razão de ser se for acompanhado de uma avaliação. Esta actividade didáctica é um elemento informativo de grande valia no processo de ensino-aprendizagem, pois informa a todos os envolvidos sobre as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do currículo real para a tomada de decisão (Onde; Brás; Divovo, 2021, p. 243).

Neste sentido, na educação pré-escolar é por meio da avaliação das aprendizagens que se pode aferir não somente a concretização dos objectivos programados, mas também ela serve como a base explícita da autoavaliação institucional e profissional por fazer parte do processo educativo.

3 METODOLOGIA

Falando da metodologia de pesquisa adoptado neste estudo, quanto à abordagem, é uma pesquisa qualitativa cujo objecto em estudo é o modo como é feita avaliação das aprendizagens da área curricular Meio Físico e Social pelas educadoras em Jardins de Infância da Centralidade do Kilamba. Quanto aos objectivos da pesquisa, constitui uma pesquisa descritiva-exploratória que consistiu em descrever como ocorre a avaliação das aprendizagens.

A escolha dos centros em estudo foi aleatória e deveu-se ao facto de os mesmos estarem dentro de uma centralidade na capital do país em que a procura pelos serviços dos mesmos tem sido recorrente. A efectivação desta pesquisa teve início com a problematização de quais eram os modelos utilizados para a avaliação das aprendizagens do Meio Físico e Social, seguida da formulação do tema, da pergunta científica, da determinação dos objectivos, definição dos métodos e finalmente a colecta

de dados. Nossos argumentos teóricos foram construídos na base da pesquisa bibliográfica e documental aos quais acresce o ponto de vista dos autores tendo em conta a sua experiência e a realidade do contexto angolano.

Considerando que tínhamos que nos inteirar de quais eram os modelos de avaliação utilizados pelas educadoras, foi elaborado um guião de entrevista semi-estruturada aplicado inicialmente de forma experimental e, após melhorias, o aplicamos novamente. A partir disso, pudemos obter, das duas educadoras, dados referentes a como elas avaliam as aprendizagens das crianças sobre o Meio Físico e Social (modelos utilizados), bem como suas representações de cada modelo de avaliação e a que instrumentos recorrem para a avaliação das aprendizagens.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA ENTREVISTA

Foram realizadas duas entrevistas a duas educadoras de infância de dois jardins infantis da centralidade do Kilamba, seleccionadas pelas direcções dos respectivos centros infantis. Uma das entrevistas decorreu no dia 15 e a outra no dia 16 do mês de Outubro de 2024. As entrevistadas fizeram uma abordagem relatando suas experiências profissionais relativamente à avaliação das aprendizagens.

As entrevistas das duas educadoras partiram das informações relativas aos dados profissionais das mesmas e, com as questões formuladas, fomos informados de que as duas trabalham com crianças dos três aos cinco anos de idade, ambas são estudantes do terceiro ano do curso de educação infantil. A primeira com formação básica em educação de infância, conta dois anos de experiência profissional e a outra é técnica média em educação de infância com mais de cinco anos de exercício da profissão.

Com base no inquérito aplicado às educadoras de infância sob forma de entrevista, foi possível obter dados relativamente à avaliação das aprendizagens que a seguir descrevemos. Questionadas sobre a avaliação na educação pré-escolar, as educadoras reconhecem a importância da mesma, sendo que, para uma, a avaliação é o acto de verificar se os objetivos da educação estão a ser cumpridos e, para a outra, a avaliação é a realização de actividades orais ou escritas para nos certificarmos se as crianças estão a compreender ou não o que se tem trabalhado e tomar novas medidas.

As respostas das duas educadoras convergem no facto de a avaliação ser o mecanismo pelo qual se verifica, ou se certifica em última instância o cumprimento dos objectivos educativos, tendo acrescentado a última que é com base nos resultados da avaliação que o educador reorienta as suas acções. Segundo (Bassedas; Huguet; Solé, 2011, p. 174) a avaliação “deve servir basicamente para intervir, modificar, e melhorar a

nossa prática, a evolução e a aprendizagem dos alunos”. Por outra perspectiva, Silva e Mendes afirmam que “A avaliação é conferida uma dimensão reguladora tendente à melhoria da qualidade educativa...” (Silva; Mendes, 2012, p. 318). As duas interlocuções nos encaminham para a finalidade de regulação expressa na tomada de novas medidas visando melhorar a aprendizagem das crianças e para a finalidade de controle consubstanciado, no acto de diagnosticar a aquisição dos objectivos traçados.

Porém, queremos destacar que a avaliação não põe apenas em causa a criança que aprende e o educador que dirige o processo, mas também reflecte as condições em que ocorre o processo de ensino/aprendizagem. Quisemos saber como as educadoras procedem para avaliar as aprendizagens das crianças sobre o Meio Físico e Social.

Quanto à avaliação das aprendizagens do Meio Físico e Social, as educadoras explicaram que ela é feita no dia a dia, disse a primeira educadora entrevistada. Sempre que realiza actividades dirigidas, no começo da actividade com a avaliação diagnóstica, na fase central com a avaliação formativa e na final também utilizamos a avaliação formativa. Avalia-se, também, através da observação das habilidades, as atitudes, por exemplo.

A segunda educadora disse igualmente que as avaliações das aprendizagens dessa área curricular são realizadas de várias formas, durante a realização das actividades dirigidas e não dirigidas, durante as actividades dirigidas, utilizamos a avaliação diagnóstica e formativa e durante as não dirigidas recorreremos à observação para verificar mudança nos comportamentos e nas atitudes das crianças.

Pelo que se nota, as duas educadoras avaliam a área curricular Meio Físico e Social da mesma forma diariamente durante as actividades, recorrendo a avaliação diagnóstica e formativa e a observação que é um método fundamental na educação pré-escolar devido às particularidades dessa faixa etária, é por meio desse método que o educador descobre, por exemplo, assuntos do interesse da criança, dificuldades emocionais, cognitivas, dentre outras.

Para a aplicação dos modelos de avaliação, as educadoras, de acordo com suas experiências, disseram o seguinte: A avaliação diagnóstica é usada no começo do ano lectivo, no começo de um novo tema e serve para saber se as crianças têm algum conhecimento do que se vai tratar, já a formativa é para ter noção se as crianças estão a entender ou não o conteúdo e melhorar a transmissão da matéria se não estiverem a entender.

A avaliação diagnóstica ainda tem como finalidade informar o grau de domínio que as crianças têm dos conteúdos, a formativa é uma avaliação contínua que serve para ir verificando se estamos a ser compreendidos ou não. As representações das educadoras dos dois modelos de avaliação nos levam à conclusão de que elas sabem

qual é a finalidade de cada um dos modelos que dizem utilizar diariamente.

Contudo, a avaliação no subsistema pré-escolar angolano, de acordo com o decreto 195/23 e em conformidade com a literatura consultada, é um sistema constituído por três modelos, dois que foram aqui evocados pelas duas educadoras (avaliação diagnóstica e formativa), mais a avaliação sumativa (final) que, de acordo com o mesmo documento, permite verificar a que nível se alcançaram os objectivos que integram ou generalizam conteúdos do ano lectivo e reflecte a qualidade do processo de desenvolvimento durante o ano completo, evidenciado nas conquistas alcançadas 'individual e colectivamente'.

Por este facto questionamos as razões pelas quais as educadoras não utilizam a avaliação sumativa. Quanto à avaliação sumativa, as educadoras manifestaram que não a usam por ser um modelo de classificação quantitativa, ou seja, segundo elas, esse modelo apenas se utiliza a partir do ensino primário e consiste na atribuição de notas.

Se atendermos ao facto de que a avaliação integra um sistema constituído por três modelos a aplicação de todos é obrigatória, sob o risco de o sistema de avaliação não funcionar corretamente ao se omitir um ou dois dos modelos e o resultado da mesma não refletir a situação real das aprendizagens das crianças. Então inquieta-nos o facto das educadoras não terem evocado a utilização da avaliação sumativa.

De acordo com Cláudio (2011, p. 27) a avaliação sumativa "tem como finalidade sancionar 'positiva ou negativamente' uma actividade de aprendizagem a fim de contabilizar este resultado com vista a classificação, selecção, etc.". Se olharmos para a avaliação sumativa nessa perspectiva, certamente ela não se adequa ao subsistema pré-escolar, logo, as educadoras não a podem utilizar porque ela classifica quantitativamente.

Mas se olharmos para a avaliação sumativa de acordo com Cláudio (2011, p. 25) ela desempenha também a "função de hierarquização, quando informa sobre o desempenho de um aluno ou de uma turma". Deste modo, ela integra o sistema de avaliação pré-escolar, pois só assim poderemos saber a que grupo a criança pertence, ao grupo dos excelentes, ao dos muito bons, ao dos bons ou ao dos que precisam melhorar, categorias constantes no decreto 195/24 como categorias classificativas qualitativas.

Assim, concluímos que a avaliação sumativa pode ser empregue na educação pré-escolar visando qualificar as aprendizagens das crianças.

Questionadas as educadoras se ao utilizarem a avaliação diagnóstica e formativa faziam anotações. Na prática avaliativa do Meio Físico e Social as educadoras informaram que as anotações são registradas por meio de uma ficha em que constam os resultados de cada criança ao terminar o trimestre ou o ano lectivo.

A resposta a esta questão nos surpreende por demonstrar que as educadoras têm

recorrido à avaliação sumativa, contrariando o que o discurso da utilização da avaliação e da formativa apenas em suas práticas diárias. No jardim de infância a avaliação nas diferentes áreas curriculares prevê o preenchimento de uma ficha de avaliação trimestral ou final com o objectivo de informar ao educador, à família, como está a decorrer o processo de aquisição de conhecimentos. Por outro lado, confiar apenas na memória para guardar informações importantes não é uma boa prática, pois algumas correm o risco de serem apagadas e no exercício da actividade educativa as informações relativas à aprendizagem devem ser registadas com alguma frequência, porque é a partir delas que o educador reorienta a sua actividade para a prática do ensino diferenciado.

De imediato procuramos inteirar-nos da utilidade da ficha. Relativamente à ficha, as educadoras usam para guiar a acção educativa, por meio dela se sabe como trabalhar com as crianças no geral e no particular. No final do ano lectivo, a ficha é entregue aos pais ou aos encarregados de educação, enquanto a trimestral serve para reorientar a educadora.

A relação entre o centro e a família é fundamental e pressupõe que os resultados da avaliação devem ser apresentados à família com regularidade para que ela auxilie o trabalho do educador. Para além da ficha e das questões que coloca durante as actividades, as educadoras utilizam outra forma para avaliar as aprendizagens do Meio Físico e Social que é a observação dos trabalhos das crianças e o portfólio.

A diversificação de instrumentos de avaliação da aprendizagem é uma necessidade para a diminuição da subjectividade do processo avaliativo e porque cada criança é uma criança, ou seja, as crianças são diferentes em termos de talentos, habilidades e também diferem em termos de criatividade, não podem ser avaliadas correctamente se não forem diversificados os instrumentos.

A questão é o que tem a acrescentar em relação ao processo de avaliação da aprendizagem da área curricular Meio Físico e Social no seu jardim de infância. As duas consideram que as práticas avaliativas dos seus jardins têm sido boas, porém poderiam ser melhores se as direcções dos centros ouvissem mais as opiniões dos educadores e lhes concedesse a oportunidade de participarem na elaboração da ficha de avaliação. Essa questão aponta para as actividades que antecedem a utilização da ficha de avaliação pelo facto das educadoras não participarem na concepção das fichas as crianças podem ser prejudicadas, pois é o educador que conhece os conteúdos trabalhados e em função deles as habilidades, os comportamentos e as competências a serem desenvolvidas.

Por isso é indispensável a participação das educadoras na concepção da ficha de avaliação ou dos instrumentos de avaliação sob pena desta não se adequar ao trabalho

desenvolvido pelo educador e as crianças. É preciso que adotemos práticas de cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação não pode ser dissociada da aprendizagem e, como sistema, só pode funcionar correctamente se forem tidos em conta todos os elementos concebidos para que este processo se concretize. No contexto dos jardins de infância, alvos dessa pesquisa, constatamos que a avaliação das aprendizagens do Meio Físico e Social tem sido realizada e cumprida em parte com os pressupostos dos documentos orientadores. As educadoras entendem que a avaliação das aprendizagens não deve ser dissociada dos objectivos que se esperam alcançar no desenvolvimento integral da criança.

A avaliação diagnóstica, formativa e sumativa constituem os modelos aplicados para avaliação das aprendizagens do Meio Físico e Social nos dois centros infantis, embora exista algum equívoco na representação das educadoras em relação à avaliação sumativa, pois para elas esta modalidade de avaliação classifica de forma quantitativa apenas e, por isso, creem que não deve ser aplicada no jardim de infância, porém, com o preenchimento das fichas, não a utilizam de forma classificativa, mas qualitativa. Além da avaliação diagnóstica, formativa e sumativa, a observação constitui o principal método para a avaliação das mudanças comportamentais relacionadas à área curricular Meio Físico e Social.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. **Manual de apoio ao sistema de avaliação das aprendizagens**. Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação – INIDE, Ministério da Educação, Angola. 2ª edição, 2011.
- ANGOLA. **Decreto Presidencial Nº. 19.5/23** de 11 de Outubro. Diário da República. I Série nº. 193.
- ANGOLA. **Lei de Bases Do Sistema De Educação e Ensino**, Lei nº. 17/16 de 7 de Outubro. Diário da República. I Série Nº. 123.
- BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed: 1999.
- CARVALHO, A. O. **Currículo de formação de professores do ensino primário**. Luanda: INIDE, 2011.
- CARVALHO, G. S. Freitas, M. L.V. **Metodologia do estudo do meio**. Porto: Plural Editores, 2010.



CLÁUDIO, A. **Currículo de educação pré-escolar**. Luanda: INIDE, 2011.

ISABEL, M. B.; SANTOS, L. L.; FERENC, A. V. F. A Face Oculta Da Avaliação Em Angola. **Estud. Aval. Educ.**, São Paulo, 2015.

ONDE, Dilson Nivaldo André; BRÁS, Chocolate Adão e DIVOVO, Miguel Domingos. Avaliação, currículo e formação de professores em Angola: pistas de reflexão a partir da perspectiva da teoria crítica do currículo. **UDZIWI – Revista de Educação Ano XII**, n. 36, Junho de 2021.

PAULA, P.; PINHEIRO, A. **Acta do I congresso internacional de aprendizagem na educação de infância**. Porto: Edições Gailivro, 2005.

PAXE, I. **Políticas educativas em Angola: um desafio do direito à educação**. Luanda: Casa das ideias, 2017.

SILVA, E. A., MENDES, M. C. B. Avaliação institucional na universidade Agostinho Neto (Angola) e regulação estadual. Perspectiva, práticas e desafios. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 17, n. 2, 2012.

SIQUEIRA, A. R.; Silva, A. C. C.; Guimarães, L. P. C. S.; Alves, R. P. **Avaliação da aprendizagem: relato de experiência**. 2006. 50 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências da Educação, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006.